contrário. Aprovado como parecer o voto do relator e registrado o voto do Deputado Emídio de Souza, favorável ao projeto. Item 42 - Projeto de lei nº 180/2019, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que Altera a redação do artigo 6º do Decreto-lei nº 257, 29 de maio de 1970, que trata do IAMSPE. Foi relator o Deputado Gilmaci Santos com voto contrário. Aprovado como parecer o voto do relator e registrado o voto do Deputado Emídio de Souza, favorável ao projeto. Item 43 - Projeto de lei nº 185/2019, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que Assegura o apostilamento de títulos das carreiras de praças da Polícia Militar do Estado ao posto de 2º Tenente. Foi relator o Deputado Tenente Nascimento com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Tenente Nascimento. Item 44 - Projeto de lei nº 186/2019, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que Assegura aos titulares de cargos docentes o direito de optar por qualquer jornada docente de trabalho na escolha inicial e no concurso de remoção, bem como de alterar a jornada em caráter excepcional durante o ano letivo. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto contrário. Aprovado como parecer o voto do relator e registrado o voto do Deputado Emídio de Souza, favorável ao projeto. Item 45 - Projeto de lei nº 228/2019, de autoria da Deputada Marta Costa, que Torna obrigatória a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil (sexualização precoce) nas escolas públicas do Estado. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator e registrado o voto da Deputada Marina Helou, contrária ao projeto. Item 46 - Projeto de lei nº 242/2019, de autoria do Deputado Caio França, que Cria o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência - FEPD. Foi relator o Deputado Tenente Nascimento com voto favorável. O Deputado Gilmaci Santos apresentou voto em separado, contrário. Concedida vista ao Deputado Tenente Nascimento. Para a deliberação dos itens 47 e 48, o Deputado Mauro Bragato passou a presidência à Deputada Marina Helou. Item 47 - Projeto de lei nº 270/2019, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Denomina "Prof. Dr. José Luiz Guimarães" a Faculdade de Tecnologia de Assis - FATEC Assis, unidade de ensino superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS. Foi relator o Deputado Daniel Soares com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 48 - Projeto de lei nº 286/2019, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Denomina "João Pereira dos Santos" o Dispositivo em Nível/Narandiba localizado no km 488 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, no trecho entre Presidente Prudente e a divisa do Estado do Paraná. Foi relatora a Deputada Janaina Paschoal com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto da relatora. Devolvida a presidência ao Deputado Mauro Bragato. Item 49 - Projeto de lei nº 295/2019, de autoria da Deputada Leticia Aguiar, que Autoriza o Poder Executivo a criar Colégios Públicos Militares, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi relator o Deputado Tenente Nascimento com voto favorável ao projeto e contrário ao substitutivo nº 1. Concedida vista conjunta a Deputada Janaina Paschoal e a Deputada Marina Helou. Item 50 - Projeto de lei nº 303/2019, de autoria do Deputado Douglas Garcia, que Institui o Programa Infância Sem Pornografia. Foi relatora a Deputada Janaina Paschoal com voto contrário aos pls 303 e 649, ambos de 2019. Concedida vista ao Deputado Tenente Nascimento. Item 51 - Projeto de lei nº 346/2019, de autoria do Deputado Altair Moraes, que Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado. Foi relator o Deputado Heni Ozi Cukier com voto favorável ao projeto e a emenda nº 1. Concedida vista conjunta ao Deputado Emidio de Souza e ao Deputado Gilmaci Santos. Item 52 - Projeto de lei nº 348/2019, de autoria da Deputada Analice Fernandes, que Institui o Projeto Prosseguir no Sistema Estadual de Ensino, implementando o Plano Educacional Individualizado - PEI, para os alunos com necessidades especiais. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável ao projeto com emenda. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 53 - Projeto de lei nº 372/2019, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, que Torna obrigatório o fornecimento de comprovantes de pagamento ao consumidor com durabilidade do texto impresso de pelo menos 5 (cinco) anos. Aprovado a Cota. Item 54 - Projeto de lei nº 391/2019, de autoria do Deputado Vinícius Camarinha, que Estabelece normas gerais sobre segurança escolar. Foi relatora a Deputada Janaina Paschoal com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 55 - Projeto de lei nº 418/2019, de autoria do Deputado Edmir Chedid, que Altera o inciso V do artigo 1º da Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias. Foi relatora a Deputada Janaina Paschoal com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Concedida vista ao Deputado Gilmaci Santos. A Deputada Marina Helou solicitou a inversão da ordem da pauta, para a deliberação do Item 61, requerimento de sua autoria, antes do item 56 da pauta. Em votação, foi aprovada a alteração da ordem da pauta, com o voto contrário das Deputadas Janaina Paschoal, e Dra. Damaris Moura, e do Deputado Heni Ozi Cukier. Item 61 – Requerimento da Deputada Marina Helou solicitando a realização de uma Audiência Pública para tratar do Projeto de Lei nº 435, de 2019, de autoria da nobre deputada Janaína Paschoal, que garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal, tendo em vista a relevância do tema, a ser realizada em data oportuna nessa casa legislativa. Em votação nominal, votaram favoravelmente ao requerimento a Deputada Marina Helou e os Deputados Thiago Auricchio e Emídio de Souza; e votaram contrariamente ao requerimento as Deputadas Marta Costa, Dra. Damaris Moura e Janaína Paschoal, e os Deputados Heni Ozi Cukier, Tenente Nascimento, Gilmaci Santos, Carlos Cezar e Mauro Bragato. Rejeitado o requerimento. Item 56 - Projeto de lei nº 435/2019, de autoria da Deputada Janaina Paschoal, que Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. Foi relatora a Deputada Dra. Damaris Moura com voto favorável. O Deputado Emidio de Souza apresentou voto em separado, contrário. Em votação nominal, votaram com a relatora, favoravelmente ao projeto, as Deputadas Dra. Damaris Moura, Marta Costa e Janaína Paschoal e os Deputados Tenente Nascimento, Gilmaci Santos, Carlos Cezar, Thiago Auricchio, Heni Ozi Cukier, Mauro Bragato e Daniel Soares; e votaram com o voto em separado, contrário ao projeto, a Deputada Marina Helou e o Deputado Emidio de Souza. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 57 - Projeto de lei nº 474/2019, de autoria da Deputada Professora Bebel, que Altera a Lei nº 11.199, de 12 de julho de 2002. Foi relatora a Deputada Dra. Damaris Moura com voto favorável. Concedida vista a Deputada Dra. Damaris Moura. Item 58 - Projeto de lei nº 488/2019, de autoria do Deputado Delegado Olim, que Dispensa as pessoas com deficiência (PCD), que recebam a isenção na modalidade, da realização de exame para renovação de habilitação para conduzir veículo automotor na categoria em que já são habilitadas. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável ao projeto e à emenda nº 1. Concedida vista ao Deputado Emidio de Souza. Item 59 - Projeto de lei nº 500/2019, de autoria do Deputado Tenente Coimbra, que Autoriza o tráfego de ônibus fretado na pista descendente da Rodovia dos Imigrantes - SP 160, de segunda a sexta-feira, no período das 18 horas às 21 horas, exceto nos feriados nacionais e estaduais. Foi relator o Deputado Daniel Soares com voto favorável ao projeto com emenda. Concedida vista ao Deputado Emidio de Souza. Item 60 - Projeto de lei nº 502/2019, de autoria do Deputado Agente Federal Danilo Balas, que Altera o caput e os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 21 da Lei 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Foi relatora a Deputada Janaina Paschoal com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Gilmaci Santos e ao Deputado Tenente Nascimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, João Victor Barison de Oliveira, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 25/06/2019.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
João Victor Barison de Oliveira
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às catorze horas e zero minutos, no Auditório Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, sob presidência do Deputado Wellington Moura. Presentes os Senhores Deputados Castello Branco, Paulo Fiorilo, Roberto Engler, Estevam Galvão, Dirceu Dalben, Wellington Moura, Ricardo Mellão, Marcio da Farmácia, Alex de Madureira (membros efetivos), o Senhor Deputado Arthur do Val (membro substituto). Ausentes, por motivo justificado, a Senhora Deputada Carla Morando e o Senhor Deputado Delegado Olim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Presente, ainda, o Deputado Tenente Nascimento. Passou-se à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Projeto de lei nº 174/2017, de autoria do Deputado Celso Nascimento, que dispõe sobre o aprimoramento do controle social na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, no Estado. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 2 - Projeto de lei nº 469/2017, de autoria do Deputado Sebastião Santos, que autoriza o Poder Executivo a implantar "Restaurante Bom Prato", em Barretos. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 3 - Projeto de lei nº 826/2017, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que dispõe sobre a lotação mínima de servidores públicos estaduais do sexo feminino nas Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher. Foi relator o Deputado Castello Branco com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Alex de Madureira. Item 4 - Projeto de lei nº 917/2017, de autoria da Deputada Marta Costa, que institui campanha contra a misoginia nas redes sociais. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo proposto pela CDD – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Concedida vista ao Deputado Alex de Madureira. Item 5 - Projeto de lei nº 923/2017, de autoria da Deputada Marta Costa, que institui junto à Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação do Estado a Campanha "Idosos Órfãos de Filhos Vivos" - sobre a orientação e conscientização de cuidado aos idosos e as suas consequências. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 6 - Projeto de lei nº 947/2017, de autoria do Deputado Gil Lancaster, que dispõe sobre a disponibilização na internet da lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher. Foi relator o Deputado Castello Branco com voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CSP - Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 7 - Projeto de lei nº 965/2017, de autoria da Deputada Célia Leão, que institui a campanha "Janeiro Branco", dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental. Foi relatora a Deputada Carla Morando com voto favorável ao PL nº 965/17 e contrário ao PL nº 995/17. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 8 - Projeto de lei nº 980/2017, de autoria da Deputada Marta Costa, que institui a Campanha Estadual de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Retinoblastoma. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 9 - Projeto de lei nº 982/2017, de autoria da Deputada Marta Costa, que institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo do medicamento "OxyContin". Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 10 - Projeto de lei nº 1040/2017, de autoria da Deputada Célia Leão, que estabelece critérios e condições para destinação de bicicletas apreendidas pelas Delegacias de Polícia do Estado. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 11 - Projeto de lei nº 17/2018, de autoria do Deputado Edson Giriboni, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de embarque para pessoas com 60 anos ou mais, em todos os terminais e estações rodoviárias no âmbito do Estado. Foi relator o Deputado Dirceu Dalben com voto favorável ao projeto e à emenda proposta pela CTC – Comissão de Transportes e Comunicações. Concedida vista ao Deputado Alex de Madureira. Item 12 - Projeto de lei nº 75/2018, de autoria da Deputada Célia Leão, que cria o cadastro estadual de profissionais que trabalham ou cuidam de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 13 - Projeto de lei nº 109/2018, de autoria da Deputada Célia Leão, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção aos Guardas Municipais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD aplicada na renovação, adição ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Foi relator o Deputado Dirceu Dalben com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 14 - Projeto de lei nº 110/2018, de autoria da Deputada Célia Leão, que estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde - SUS às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável ao projeto e à emenda da CS - Comissão de Saúde. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 15 - Projeto de lei nº 111/2018, de autoria da Deputada Célia Leão, que obriga os hospitais públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde - SUS a fornecer cópia dos documentos assinados pelos pacientes ou por seus familiares, bem como das despesas custodiadas pelo SUS. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CS. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 16 - Projeto de lei nº 144/2018, de autoria da Deputada Célia Leão, que Institui a "Semana de Enfrentamento e Combate ao Crack" no Estado. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR – Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 17 - Projeto de lei nº 185/2018, de autoria da Deputada Célia Leão, que obriga os cartórios do Estado a disponibilizar o cartão de débito como meio de pagamento. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 18 - Processo RGL nº 04488/1998, de interesse do TCE – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que reforma o acórdão do contrato celebrado entre o IPESP-Instituto de Previdência do Estado de São Paulo e a Constroeste. Foi relatora a Deputada Carla Morando com voto que reconhece a decisão do TCE, que julgou procedente a ação rescisória, e consequentemente regulares a concorrência, o contrato, os termos de aditamento e o ato determinativo da despesa, solicita envio de ofício ao MP – Ministério Público e à PGE – Procuradoria Geral do Estado, com cópia deste parecer, com posterior arquivamento dos autos. Concedida vista ao Deputado Roberto Engler. Item 19 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 12/2017, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que considera regular o contrato celebrado entre a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa/SP e a empresa Lenovo Tecnologia Brasil Ltda., objetivando o fornecimento de equipamentos de informática, com prestação de garantia de funcionamento e assistência técnica. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Item 20 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 13/2017, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que considera regular o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a Empresa Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda., objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal entre a SP - 249 e o Bairro Encapoeirado. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Item 21 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 5/2018, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que considera regulares, nos autos dos processos TC-4987/026/11 e TC-4988/026/11, o certame e os contratos celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e Consórcio Organiza e o CDHU e o Consórcio Diagonal - Villagua. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Item 22 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 11/2018, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado e considera regulares a licitação, modalidade Concorrência nº 006/2014-CO e os decorrentes contratos firmados entre o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER/SP e a empresa Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda., analisados nos autos do TC-34937/026/14 e do TC-34938/026/14. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Item 23 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 24/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-42907/026/10, que julgou regulares os termos aditivos e modificativos do contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER e a empresa S.O. Pontes Engenharia Ltda. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. O Senhor Presidente suspendeu os trabalhos por 2 minutos. Reaberta e constatado quorum regimental, o Senhor Presidente convocou uma reunião extraordinária para 5 minutos após o encerramento desta reunião, com a finalidade de deliberar sobre o Requerimento CFOP nº7/19, de autoria do Deputado Paulo Fiorilo, para convite à Secretária Estadual de Desenvolvimento Econômico, Senhora Patrícia Ellen da Silva, "com o objetivo de prestar informações detalhadas sobre os dados e propostas orçamentárias de sua Pasta, bem como informações acerca do crescimento econômico sustentável do Estado". O Deputado Paulo Fiorilo solicitou que fossem acrescentados os outros requerimentos de sua autoria apresentados à Comissão e, em resposta, o Senhor Presidente afirmou que assim faria, no momento oportuno. Deu-se início então ao último item da pauta, discussão do PL 578/19 – LDO para 2020. Fizeram uso da palavra os Deputados Paulo Fiorilo, Roberto Engler, Alex de Madureira e Marcio da Farmácia. O Senhor Presidente suspendeu a reunião por 10 minutos. Reaberta com quorum, manifestaram-se os Deputados Estevam Galvão e Paulo Fiorilo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Sonia Maria Oliveira, Assessora Técnica, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 19/06/19, às 16h00 – 6ª reunião extraordinária.

Deputado Wellington Moura
Presidente
Sonia Maria Oliveira
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às vinte e uma horas e quarenta e dois minutos, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quinta Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos da alínea "d", do item III do artigo 18 do Regimento Interno Consolidado, presidida pelo Deputado Mauro Bragato. Presentes as Senhoras Deputadas Janaina Paschoal, Dra. Damaris Moura, Marina Helou e os Senhores Deputados Tenente Nascimento, Mauro Bragato, Thiago Auricchio, Gilmaci Santos, Heni Ozi Cukier, Roque Barbiere (membros efetivos), o Senhor Deputado Alex de Madureira (membro substituto). Ausentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Emidio de Souza, Carlos Cezar, Daniel Soares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 494/2019, de autoria do Sr. Governador, que Altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto propondo redação final. Aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, João Victor Barison de Oliveira, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 26/06/2019.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
João Victor Barison de Oliveira
Secretário

Atos Administrativos

ATO DA MESA Nº 17/2019, DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, que lhe confere artigo 14, inciso II, alínea "a" e "f" de seu Regimento Interno, buscando uma melhor regulamentação da matéria no âmbito desta Casa de Leis, em complementação ao contido no Ato nº 10/2017, da Mesa DECIDE CONVALIDAR todos os atos praticados pelo senhor Secretário Geral de Administração e seus antecessores, relativos à aplicação da Decisão nº 1175/2013, da Mesa, anteriores a 09 de maio de 2017.

ATO DA MESA Nº 18/2019, DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a letra a do inciso II do artigo 14 da XIV Consolidação do Regimento Interno, em vista a instrução constante nos autos RG 8.249/2017, bem como do parecer nº 38-2/2018, da Procuradoria da Alesp, que acolhe, DECIDE AUTORIZAR o Departamento de Recursos Humanos a instituir normas de procedimento interno, destinadas à operacionalização dos serviços sob sua responsabilidade.

Artigo 1º - As normas de procedimento interno serão baixadas pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos, por meio de ordens de serviço, observado o disposto nos Atos nº 11/2019 e 30/2010, da Mesa, bem como nas demais normas do Regulamento dos Serviços Administrativos da Assembleia Legislativa.

§1º – Compete ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos proceder às alterações, acréscimos e supressões nas normas de procedimento interno, sempre que se fizerem necessárias, independentemente de nova autorização da Mesa;

§2º - O Departamento de Recursos Humanos manterá um histórico de todas as alterações, acréscimos e supressões nas normas de procedimento interno.

Artigo 2º - Será conferida publicidade às normas de procedimento interno do Departamento de Recursos Humanos mediante a publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo e manutenção de uma cópia à disposição do público em geral, para consulta livre, na Divisão de Biblioteca e Documentação.

Artigo 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ATO DA MESA Nº 19/2019, DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 da Resolução nº 897, de 20 de março de 2014, DECIDE:

Artigo 1º - Fixar em R$ 567,47 (quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) o valor máximo do auxílio pré-escolar instituído pelo artigo 1º da Resolução nº 897, de 20 de março de 2014.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019.

ATO DA MESA Nº 20/2019, DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do inciso II do artigo 14 da XIV Consolidação do seu Regimento Interno - Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, DECIDE:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução nº 858, de 16 de dezembro de 2008, fixar em R$ 322,01 (trezentos e vinte e dois reais e um centavo) o valor máximo da indenização mensal de que trata o inciso I do artigo 2º-A do Ato nº 12/2012, da Mesa.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019.

ATO DA MESA Nº 21/2019, DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o §2° do artigo 2° da Lei Complementar n° 1.011, de 15 de junho de 2007, DECIDE:

Artigo 1° - Fixar em R$ 631,14 (seiscentos e trinta e um reais e quatorze centavos) o valor do auxílio-alimentação instituído pelo caput do artigo 2° da Lei Complementar n° 1.011, de 15 de junho de 2007.

Artigo 2° - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de março de 2019.

ATO DA MESA Nº 22/2019, DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º da Resolução nº 784, de 16 de setembro de 1997, DECIDE:

Artigo 1º - Fixar em R$ 47,65 (quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) o valor da cota do vale-refeição instituído pelo artigo 1º da Resolução nº 784, de 16 de setembro de 1997.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019.

DECISÕES DA MESA

DE 26/06/2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 14, II, alínea "a" da XIV Consolidação do seu Regimento Interno, DECIDE SUSPENDER O EXPEDIENTE nesta Assembleia Legislativa no dia 08 de julho do corrente ano, à exceção dos serviços considerados essenciais pelas Secretarias Gerais de Administração e Parlamentar.

(Decisão nº 6108/2019);

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ALTAIR SOUZA MIGUEL, RG nº 136142382, matrícula nº 14121, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº6061/2019);

ANDERSON KENDJI MIYAZAKI, RG nº 132710857, matrícula nº 21710, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR CHEFE DE GABINETE DE SUBSTITUTO DE MEMBRO DA MESA, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº6062/2019);

BRUNA ESTEPHANOVICHIL, RG nº 505700542, matrícula nº 27209, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº6063/2019);

ELIAS NAZARENO DO NASCIMENTO, RG nº 43734364, matrícula nº 23999, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 19/06/2019.

(Decisão nº6064/2019);

FRANCISCO JOSE GAY, RG nº 14465080, matrícula nº 29351, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 13/06/2019.

(Decisão nº6065/2019);

JOÃO ROBERTO DE AMORIN, RG nº 98813663, matrícula nº 19831, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 21/06/2019.

(Decisão nº6066/2019);

MARZUKEVICZ ANTONIO FARIA, RG nº 185452413, matrícula nº 26859, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº6067/2019);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ALICE DA CONCEIÇÃO RAINHA DE ARAUJO, RG nº 12333503-6, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ILSON RODRIGUES, ficando exonerado do cargo de SECRETÁRIO ESPECIAL PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº6068/2019);